

05 ABR 1999

# Brasil vai sacar amanhã US\$ 4,96 bilhões do FMI

**Recursos** fazem parte da segunda parcela do acordo. Na sexta-feira serão liberados outros US\$ 4,92 bilhões da ajuda dos 20 países ricos

O Governo brasileiro saca amanhã os US\$ 4,96 bilhões referentes à segunda parcela do empréstimo-socorro negociado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O dinheiro foi liberado para o Brasil na última reunião do conselho de diretores do organismo, realizada terça-feira passada. E o Banco Central já confirmou que internalizará todo o montante.

Também nesta semana, só que na sexta-feira, está prevista a entrada de outros US\$ 4,92 bilhões. É a cota do grupo dos 20 países mais ricos (G-20) na segunda parcela do acordo. Será desembolsada pelo Banco do Japão e pelo BIS (Banco de Compensações Internacionais, sediado na Suíça, que funciona como banco central dos bancos centrais).

Com a entrada dos US\$ 9,88 bilhões da segunda tranche do socorro externo, as reservas do



**Pedro Malan:** diretores do FMI manifestam confiança no Brasil

Brasil em moeda estrangeira voltarão ao patamar dos US\$ 40 bilhões, suficientes para garantir dez meses de importações. O País terminou o mês de março com cerca de US\$ 34,5 bilhões em reservas - número preliminar, sem o resultado do fluxo financeiro do dia 31 -, bastante para pagar oito meses de importações, segundo o Departamento Econômico do BC.

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse que teve acesso à transcrição dos votos dos diretores na reunião do conselho do FMI. Segundo ele, toda a cúpula do Fundo manifestou confiança

no Brasil, principalmente porque a inflação provocada pela mudança de regime cambial já deu sinais de cansaço em março.

O Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, teve variação de 2,82% no mês passado, contra 3,61% em fevereiro. É sinal de que a trajetória dos preços, depois da alta do dólar, está decrescendo. Apesar da baixa, a inflação acumulada no primeiro trimestre já é de 7,28%. Em todo o ano passado, o índice marcou 1,78%.

A liberação da segunda parcela pelo FMI ocorreu antes mesmo

de o Brasil confirmar se atingiu o primeiro critério de desempenho do novo acordo. O País se comprometeu a conseguir um superávit primário (receitas maiores que despesas, exceto gastos com juros) de R\$ 6 bilhões no primeiro trimestre - equivalente a 2,7% do Produto Interno Bruto (PIB).

Teoricamente, o número fixado como critério de desempenho seria usado como pressuposto de desembolso pelo Fundo Monetário. Acontece que nem a Secretaria do Tesouro Nacional conseguiu terminar o cálculo do resultado fiscal do governo central e da Previdência, nem muito menos o Banco Central fez o mesmo sobre o setor público consolidado, que inclui estados e municípios.

Os dados disponíveis até agora dão conta somente do primeiro bimestre do governo central e Previdência. Eles conseguiram um superávit primário de R\$ 2,82 bilhões, equivalente a 2% do PIB. Técnicos do Governo, porém, garantem que a meta acordada com o FMI será facilmente atingida, já que março é um mês com tradição de receitas altas. No ano passado, por exemplo, a Receita Federal alcançou o melhor resultado da sua história, arrecadando R\$ 13,9 bilhões, graças a uma série de mudanças na tributação de investimentos em renda fixa.

Arquivo